



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 482367 - MA (2018/0324103-6)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : REJANE DE SOUSA SILVA
ADVOGADO : REJANE DE SOUSA SILVA - MA016556
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
PACIENTE : GLANDESVAN RAMOS SILVA (PRESO)
CORRÉU : EBSON LIMA FROTA

DECISÃO

GLANDESVAN RAMOS SILVA, condenado definitivamente por incursão no art. 157, § 3º, parte final, c.c. o art. 14, II, do CP, em concurso material com o art. 307 do CP, **a 10 anos e 6 meses de reclusão, mais 15 dias-multa, e 3 meses de detenção**, alega sofrer coação ilegal ante a demora do Tribunal Regional da 1ª Região em julgar ação de revisão criminal que conta com parecer favorável do Procurador Geral da República desde 4/7/2018.

Requer, por isso, a expedição de alvará de soltura.

Decido.

Não verifico a possibilidade de relaxar a prisão do paciente, pois sua segregação não possui natureza de prisão cautelar, mas decorre de título penal definitivo.

A teor dos julgados desta Corte: "A lei processual não estabelece um prazo para o julgamento da revisão criminal, que deve ser analisado à luz do princípio da razoabilidade, a fim de se verificar a ocorrência ou não de constrangimento ilegal. Sabe-se que eventual atraso no andamento do feito, por si só, não caracteriza excesso de prazo" (HC n. 492.165/SP, Rel. Ministro **RIBEIRO DANTAS**, QUINTA TURMA, julgado em 12/03/2019, DJe 19/03/2019).

No caso dos autos, a revisão criminal foi recebida pelo relator no dia **20/6/2018**. Desde então, houve necessidade de redistribuir o feito a outros julgadores e constam, em seu andamento, diversas movimentações. **No dia 20/11/2018**, os autos foram enviados a Juiz Federal Convocado, por motivo de aposentadoria do anterior relator, e, desde então, a defesa aguarda o julgamento da ação. No dia 4/7/2018, foi juntado **parecer favorável da Procuradoria Regional da República da 1ª Região, a qual opinou pela procedência da revisão criminal**, para que se desclassifique a conduta de latrocínio tentado para roubo tentado, com a devida modificação da pena.

Em 22/1/2019, a autoridade apontada como coatora informou que "os autos serão encaminhados o mais rápido possível ao revisor, para futura inclusão em pauta" (fl. 113). Entretanto, mais de um ano depois, não consta informação do julgamento da revisão criminal na página eletrônica do Tribunal. **Desde 6/6/2019, o processo está completamente paralisado, sem nenhuma movimentação**, o que, devido a sua peculiaridade (réu preso desde 2014 e parecer favorável do órgão ministerial), denota ofensa ao princípio da razoável duração do processo.

À vista do exposto, **concedo o habeas corpus para determinar o julgamento urgente da Revisão Criminal n. 0016604-41.2018.4.01.0000/MA, com a maior brevidade possível.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 30 de março de 2020.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator